

DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO, DUAS DIMENSÕES DA CRISE DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

TÚLIO SILVA SENE

Resumo: No presente artigo buscarei apresentar um pouco da crise do trabalho evidenciada nesta última virada de século. Farei isso basicamente a partir de duas dimensões desta crise, a precarização do trabalho e o desemprego estrutural, que geram a atual fragmentação da classe trabalhadora. À luz de algumas teorias sociais do trabalho discorrerei brevemente sobre o surgimento, auge e decadência do Estado intervencionista de Bem-Estar Social implementado em países capitalistas avançados, tomando como exemplo a realidade observada na região específica da Galícia. Com isso pretendo realizar uma aproximação, a partir de dados estatísticos e teorias sociais, entre essa região e as novas tendências da classe trabalhadora observadas por pesquisadores da sociologia do trabalho contemporânea. Assim pretendo evidenciar essas duas dimensões mencionadas da crise do trabalho hoje, a precarização e o desemprego estrutural.

O Estado de Bem-Estar Social e as crises do capital

Apesar de sua origem nos remeter a tempos anteriores à sua denominação atual, podemos considerar que o *Welfare State* de fato se consolidou no século XX, como sugere Peter Flora e Arnold Heidenheimer, em *The Development of Welfare State in Europe and America*. Ele foi muito influenciado pelas políticas intervencionistas de Estado que passaram a vigorar desde que, em meio a uma profunda crise econômica, economistas e pensadores como Keynes e Robinson passaram a criticar abertamente princípios fundadores do ideário liberal, como a teoria dos mercados e as propriedades auto-reguladoras da economia, dentre elas o equilíbrio do pleno emprego, a lei de Say e os mecanismos estabilizadores do padrão ouro, por exemplo. Idéias que perderam prestígio em vista das constantes crises e males econômicos sofridos pela economia inglesa no princípio do século, e que para Keynes eram fruto da incerteza, do risco e da ignorância nos negócios. Segundo ele o desemprego e a recessão econômica que abatiam a Inglaterra no primeiro quarto do século XX eram reflexos da falta de um Estado forte capaz de orientar uma política econômica que através de gastos públicos conseguisse suprir a escassez de demanda agregada de bens e serviços, principal causadora do desemprego e da estagnação econômica. Em vista disso cai por terra a teoria de uma economia de mercado livre e equilibrada, passando a vigorar políticas intervencionistas de Estado. O *Welfare State* aparece então como uma alternativa intervencionista de implementação de legislações sociais em contrapartida à ofensiva do capital.

Assim como nos apresenta Jorge Eduardo Mattoso, em sua tese de doutorado (1993), o capitalismo atravessou um momento de extremo virtuosismo no segundo pós-guerra. Quando, devido a condições políticas

favoráveis e sob o padrão tecnológico de desenvolvimento norte-americano (fordista/taylorista), os países capitalistas avançados puderam observar um processo de homogeneização da estrutura produtiva, do mercado de trabalho e do consumo. Neste momento organizações de trabalhadores se fortaleceram, o desemprego baixou, os salários articularam-se com o aumento da produtividade e dos preços e as relações de trabalho assumiram um caráter mais padronizado. Isso tudo criou, além da euforia momentânea, uma certa ilusão, para a massa dos trabalhadores, de que esse modelo de desenvolvimento industrial seria duradouro havendo sempre oferta por emprego para os operários da indústria. Segundo François Chesnais um dos alicerces desse processo de expansão da acumulação capitalista foi justamente o fato de “ter se feito do trabalho assalariado a forma absolutamente predominante de inserção social e de acesso à renda” (CHESNAIS, 1996: 300).

No pós-1945 houve, nos países capitalistas avançados, uma intensificação das políticas sociais intervencionistas de Estado. Acreditava-se ser possível controlar

cai por terra a teoria de uma economia de mercado livre e equilibrada

a fúria destruidora do capital sobre o trabalho através de um sistema que mediasse esse conflito, de forma a evitar aquilo que Marx chamou de subsunção real do trabalho no capital. Afloravam-se investidas keynesianas, e pôde se observar que, segundo Mattoso

pela primeira vez o capitalismo nos países avançados combinou crescimento econômico e pleno emprego, mecanismos de mercado com ampliação e diversificação da intervenção estatal, economia internacionalizada e administração da demanda agregada, descentralização das decisões capitalistas e contratação coletiva crescentemente

centralizada, elevação da produtividade e distribuição de renda (MATTOSON, 1994: 521).

Em meio a esse clima de euforia teve início uma crise, fruto de uma combinação de inúmeros fatores, que pôs abaixo todo paradigma industrial de desenvolvimento vigente, assim como os antigos padrões de relacionamento social. Essa crise estrutural do capital se manifesta em tamanha proporção que na verdade quebra a idéia de padronização em todas as esferas da sociedade, apresentando uma nova realidade que escancara o lado negativo e destruidor do sistema capitalista, em oposição à ilusão da prosperidade permanente. Há, neste momento, a emergência da chamada reestruturação produtiva na indústria, combinada com a efervescência de novos aparatos tecnológicos que trazem uma nova era marcada pela virtualidade.

Percebe-se então uma diferenciação clara de dois momentos na segunda metade do



século XX, um do pós-guerra e outro marcado pela nova reestruturação produtiva na indústria, que contava com a inserção das técnicas toyotistas de organização e produção, por volta do ano de 1970. Este último momento pode também ser caracterizado pela ruptura com o compromisso social-democrata do *Welfare State*, e conseqüentemente com

quebra dos contratos coletivos e com o fim das legislações sociais, o que gera uma fragmentação e desestruturação do processo de trabalho. Começa a imperar neste momento a desigualdade, o desequilíbrio e a crise do trabalho abstrato. Segundo Chesnais:

Atualmente o modo de produção dominante mostra à luz do dia sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda. Depois de ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos urbanos, desertificando regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadmissíveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social (CHESNAIS, 1996: 300).

Segundo David Harvey, Marx demonstrou, há mais de um século, a existência de três características básicas, inconsistentes e contraditórias do modo de produção capitalista, que levam o capitalismo a ser propenso a crises constantes. São elas: 1- A necessidade do crescimento incondicional, onde independentemente de quaisquer efeitos colaterais se faz necessária a manutenção da expansão do produto (no sistema capitalista a crise é conseqüência da falta de crescimento). 2- A necessidade de se basear fundamentalmente na exploração do trabalho vivo para se obter um crescimento em valores reais. Por isso controlar o trabalho se torna essencial para o lucro capitalista, o que explica o constante conflito entre Capital e Trabalho. 3- O fato de o dinamismo ser uma necessidade vital para o capitalismo. Mudanças tecnológicas e organizacionais são essenciais na busca pelo lucro (HARVEY, 2003: 166-169).

Ainda segundo Harvey, à luz da teoria de Marx, seria impossível se obter um desenvolvimento livre e equilibrado do sistema capitalista a partir da combinação dessas três condições básicas. Desta forma as crises são inevitáveis e geralmente se apresentam como crises de superacumulação, identificadas principalmente por capacidade produtiva ociosa, excesso de capital-dinheiro, desemprego e excesso de mercadorias e estoques. Para ele, podemos observar todos esses sintomas em dois momentos do século XX, na crise dos anos 30 e em 1973. Frente a essa inevitabilidade cabe à burguesia atravessar esses momentos de crise com alternativas que zelem pela manutenção de sua ordem social.

O *welfare state* foi uma destas alternativas, possibilitada nos países de capitalismo avançado, principalmente após a crise de 1929. Todavia, não apareceu como solução

definitiva, ruindo com o tempo e confirmando assim, mais uma vez, a validade dessas características de desenvolvimento do sistema do capital. A manutenção do Estado de Bem-Estar Social dependia no entanto de uma maior intervenção para se assegurar mediante a crise que se instaurava, porém, frente à rigidez keynesiana, a única alternativa aparente para manter a estabilidade era um processo de política monetária, que resultou em altas ondas inflacionárias que acabaram por ruir o próprio Estado, obrigando-o a uma reestruturação.

Neste segundo momento de crise do capital (década de 70) abre-se um novo caminho, com novas formas de acumulação identificadas principalmente pela flexibilidade e pela desregulamentação do processo

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo

produtivo, é o que David Harvey chama de acumulação flexível, em oposição à idéia anterior de rigidez do modo de produção fordista.

"A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional" (HARVEY,1992: 140).

Percebemos, contudo, que mediante as crises do capital há necessidade por parte do Estado de se reestruturar. Em decorrência deste segundo momento de crise, que abriu o último quarto do século XX, percebe-se uma enorme reformulação do *welfare state* e dos processos de trabalho. Passaremos a analisar agora a realidade desse processo reestruturativo na Espanha ao longo dos anos 90.

A Galícia na onda da flexibilidade

O dinamismo do capitalismo frente às situações de crise se mostrou evidente com os processos reestruturativos observados na indústria, no mercado de trabalho, no Estado, na economia e na sociedade como um todo. No entanto, analisarei a cidade espanhola de Vigo, na Galícia, como objeto para percebermos algumas dessas transformações ocorridas, em especial no mundo do trabalho, em decorrência dessa nova readaptação capitalista. A Espanha, assim como muitos outros países, possui regiões bastante distintas dentro do seu próprio território. São diferenças geográficas naturais que influenciam determinados setores econômicos a se desenvolverem mais, e outros menos. No caso específico da cidade de Vigo percebe-se claramente uma forte propensão à indústria naval, propiciada pelo fato de ser uma cidade portuária localizada às margens do Atlântico.

Vigo está localizada na região da Galícia, ao noroeste do Estado Espanhol, exatamente ao norte de Portugal. Seu processo de industrialização mais acentuado começa por volta do início do século XX, quando emerge uma burguesia liberal que passa a comandar o desenvolvimento capitalista viguense e galego à luz de economias ainda mais centrais, como a inglesa e em seguida a norte-americana. Poderíamos dizer, que apesar de estar no centro do desenvolvimento capitalista burguês, a Galícia se localiza à margem do capitalismo de ponta. Quero dizer com isso que esta é uma economia que, dentre as grandes, é uma das mais frágeis, sendo uma das primeiras a apresentar sinais de esgotamento em situações de crise como as observadas anteriormente.

Nestes últimos anos, marcados pelo informacionalismo digital e pelas novas tendências de acumulação, percebe-se a queda do *welfare state*, em especial na sua capacidade de amparo aos trabalhadores frente à crise. Nas últimas duas décadas pôde-se observar na Galícia uma diminuição do trabalho assalariado e um aumento significativo da precarização do trabalho. Nenhuma novidade para residentes na periferia do sistema capitalista, mas para quem há anos estivera vivendo da ilusão do pleno emprego e da inserção social por intermédio do trabalho assalariado este foi realmente um choque. Neste momento vinha ao chão toda estabilidade garantida por um Estado forte dentro de um padrão rígido de acumulação e desenvolvimento. Com base em alguns dados estatísticos veremos como, a partir do início dos anos 80, a realidade dessa região transforma-se radicalmente.

Importante, antes de prosseguirmos, nos atentarmos para o fato de que os elementos aqui apresentados como dados estatísticos são uma tentativa de aproximação com a realidade local, não sendo nenhum deles causa ou efeito único de qualquer acontecimento específico, ou seja, são todos fatores que se inter-relacionam, estando a existência de um, condicionada a dos demais na totalidade do processo.

Em meio à crise do Estado de Bem-Estar Social observa-se uma queda demográfica, provocada em muito pela baixa natalidade, pela destruição do mundo rural e pelas altas taxas de emigração e precariedade. Precariedade que pode ser facilmente caracterizada pelo significativo aumento da taxa de trabalhadores eventuais no mercado. Apesar de haver um aumento do volume das contratações estas são fechadas cada vez mais por períodos curtos de tempo, configurando-se como contratações temporárias. Há uma maior porcentagem destas nos seguintes setores, respectivamente: construção, hotelaria, fábrica de produtos metálicos, indústria têxtil e alimentícia¹. Os contratos fixos, por outro lado, são mais facilmente encontrados nas instituições financeiras e de seguros, na administração pública e na educação².

Segundo um documento publicado pela Confederação Intersindical Galega sobre as condições de trabalho na Galícia em fevereiro de 2000, mais de 50% dos trabalhadores assalariados se encontravam em condições de precarização ou parados. Para ser mais específico, os trabalhadores com contratos fixos equivaliam a 48,43% do total enquanto os trabalhadores com contratos temporários correspondiam a 33,34%, e os sem contrato a 5,85%. Os parados a mais de um ano representavam 12,38% a essa época.

Tabela 1: Condição dos trabalhadores assalariados na Galícia em 2000

Com contrato fixo	418.100	48,43%
Com contrato temporal	287.800	33,34%
Parados mais de um ano	107.600	12,38%
Trabalhando sem contrato(+/-)	50.000	5,85%
Total 863.500		

Fonte: CIG

No ano 2000 a previsão era de se chegar, cada vez mais a três grandes divisões entre os trabalhadores, que corresponderiam àqueles com

¹ De acordo com o documento *A Precariedade da Forza de Traballo en Galiza*, 2000.

² Idem.

contratos fixos, aqueles com contratos temporários, e aqueles parados, sem expectativas de conseguir uma ocupação. Havendo uma retração constante da primeira parcela (fixos), o que necessariamente acarretaria um acréscimo dentre os temporários e parados. Muito preocupante por sinal a condição de parado a mais de um ano, pois quanto mais tempo fora do mercado de trabalho, menores são as chances de se reingressar nele. A preferência por pessoas mais jovens, com menores custos e menores contratos fica cada vez mais visível nas agências de emprego.

Tabela 2: Taxa de desemprego de longa duração dentre homens e mulheres de 25 a 54 anos em território espanhol

Território	Ano	Duração	Pessoas
Espanha	1984	1 ano ou mais	671.000
Espanha	1985	1 ano ou mais	821.400
Espanha	1986	1 ano ou mais	836.700
Espanha	1987	1 ano ou mais	915.100
Espanha	1988	1 ano ou mais	922.900
Espanha	1989	1 ano ou mais	845.000
Espanha	1990	1 ano ou mais	771.100
Espanha	1991	1 ano ou mais	784.200
Espanha	1992	1 ano ou mais	873.800
Espanha	1993	1 ano ou mais	1.174.600
Espanha	1994	1 ano ou mais	1.434.600
Espanha	1995	1 ano ou mais	1.432.000
Espanha	1996	1 ano ou mais	1.400.400
Espanha	1997	1 ano ou mais	1.347.700
Espanha	1998	1 ano ou mais	1.223.600
Espanha	1999	1 ano ou mais	983.500
Espanha	2000	1 ano ou mais	831.500
Espanha	2001	1 ano ou mais	549.700
Espanha	2002	1 ano ou mais	574.900
Espanha	2003	1 ano ou mais	580.700
Espanha	2004	1 ano ou mais	565.800

Fonte: OECD

Em relação à condição de parado a mais de um ano a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico nos fornece uma estatística cruel. Como pode ser observado na Tabela 2, houve um aumento substancial dessa condição ao longo da década

de 90. Esses trabalhadores expulsos do mercado de trabalho encontraram, como pode se perceber, um enorme obstáculo para conseguir um novo emprego nesse período, que foi marcado pela inserção maciça dos novos elementos tecnológicos na indústria. E, uma vez parados a mais de um ano, muitos desistem de procurar uma nova ocupação e perdem as esperanças, assim como o sentido de sua própria vida.

Pode se considerar isso tudo como reflexo da expansão, cada vez mais ampliada, do desemprego estrutural, que vem eliminando inúmeros postos de trabalho gerando exclusão e marginalidade no interior da classe trabalhadora. Como diz Giovanni Alves, apesar da sociedade burguesa ser uma sociedade do trabalho abstrato, ela acaba reproduzindo em escala cada vez mais ampliada o não-trabalho.

Percebe-se, nesta Tabela 2, que durante a década de 90 ocorreu um explosivo aumento do desemprego de longa duração na Espanha. Isso provavelmente foi ocasionado pela combinação de basicamente três fatores, o desenvolvimento do aparato tecnológico informacional, a implantação das novas técnicas organizacionais extraídas do modelo de produção japonês (toyotismo) e as políticas neoliberais implantadas na década anterior durante o governo de Felipe González.

Houve também, por este momento, uma transformação na divisão do emprego por setores. Perceba na próxima tabela, conseguida junto ao documento publicado pela Confederação Intersindical Galega sobre as condições de trabalho na Galícia, que há uma queda de participação no setor industrial e um aumento significativo no setor de serviços. Esse quadro é bastante interessante por fazer uma comparação entre a região galega e o território espanhol justamente no último quarto do século XX.

Tabela 3

COMPRACIÓN DA EVOLUCIÓN DE DIVERSOS TEMAS SOCIAIS E LABORAIS DESDE 1976 ATÉ 1999						
TEMA/ANO	Galiza			estado español		
	1976	1999	%	1976	1999	%
POVOACIÓN (1970-1998)	2.578.706	2.724.544	105,66	33.738.099	39.852.651	118,12
POV. ACTIVA	1.223.920	1.120.000	91,51	13.077.710	16.362.760	125,12
POV. OCUPADA	1.203.520	938.030	77,94	12.481.310	13.742.760	110,11
AGRO-PESCA	579.350	174.170	30,06	2.755.510	1.017.690	36,93
INDUSTRIA	205.150	169.310	82,53	3.388.800	2.775.220	81,89
CONSTRUCCIÓN	93.640	102.930	109,92	1.205.890	1.438.630	119,30
SERVIZOS	325.380	491.620	151,09	5.115.500	8.511.220	166,38
ASALARIADOS	494.420	631.620	127,75	8.592.450	10.750.200	125,11
PARADOS	19.910	181.960	913,91	596.410	2.619.990	439,29

Fonte: INE

Interessante observar que estes indicadores datam do último quarto do século XX, exatamente após o período ditatorial de Franco, que se estendeu de 1936 até 1975. Após esse momento podemos considerar que houve uma guinada neoliberal na Espanha, em especial durante o longo governo de Felipe González. Analisando a Tabela 3 percebe-se um acentuado aumento do número de parados, chegando, na Galícia, a atingir a exorbitante marca de novecentos por cento nestes vinte e cinco anos. Pode-se considerar isso como uma evidência do desemprego estrutural em crescimento.

O trabalho assalariado no século XXI

Buscando inicialmente compreender a precarização do trabalho, começarei por tratar

a questão do trabalhador assalariado no capitalismo contemporâneo, pois acredito, que na verdade, o que acontece nos dias de hoje são novas formas de se apresentar o conflito entre capital e trabalho. São formas modificadas mas que não eliminam a condição abstrata do trabalho, que permanece enquanto houver a necessidade da utilização da força de trabalho como moeda de troca. Robert Kurz acredita que “em sua forma especificamente histórica, o trabalho nada mais é do que exploração econômica abstrata” (KURZ, 1992: 18), sendo assim exclusividade da era moderna.

O trabalho, no entanto, continua como central no processo de produção e reprodução da vida humana, porém sob novos avatares. Sob o sistema do capital o que aparenta acontecer é uma separação cada vez maior entre o trabalho enquanto apenas abstração socialmente combinada e o trabalho enquanto utilidade real. Há uma separação nítida entre o trabalho e a vida do sujeito, criando como que dois mundos em um só, um do trabalho e outro da sua vida privada. Por isso Marx dizia que se pudesse o trabalhador correria do trabalho como se fugisse de uma peste. Percebe-se, nos dias atuais, uma intensificação da procura por emprego em busca do salário, independentemente da função a ser exercida. Isso acarreta que o trabalhador deixa de se identificar com o seu trabalho, principalmente em tempos de desemprego estrutural. Desta forma percebo que não há uma tendência à

eliminação do trabalho em sua condição abstrata, mesmo porque seria o caos se fosse eliminada a única moeda de troca do trabalhador, seria a ruína do sistema. Só seria possível uma sociedade sem trabalho abstrato em uma sociedade não capitalista, o que não é o caso.

Quando se ouve falar em crise temos uma primeira impressão de final, de término de alguma fase ou situação. Essa primeira impressão nos leva a pensar um novo mundo sem as causas da crise para que se retome a normalidade. Todavia, pelo menos quando lidamos com o trabalho, a crise deve ser entendida como um desequilíbrio de uma situação específica do período histórico em que vivemos, que sendo passageiro ou não, deve ser encarado como parte integrante do processo. Como disse Marx, o modo de produção capitalista é dinâmico, propenso a crises e tem como característica comum o salário.

Essa crise do trabalho vivenciada em fins do século XX está intimamente relacionada com as novas formas de assalariamento, e é fruto de uma nova realidade marcada, como disse Ricardo Antunes, pela ampliação da esfera de assalariamento e de exploração do trabalho, podendo assim ser também considerada uma crise do trabalho assalariado. Parece até uma reação do trabalho a unilateralização vertical imposta pelo capital no seu processo de subsunção, são novas formas de sobrevivência dentro daquela dimensão abstrata dada por Marx há 150 anos. Tanto é que hoje em dia fica complicada a definição de classe trabalhadora nos moldes como se fazia

*hoje em dia
fica
complicada a
definição de
classe
trabalhadora*

em outros tempos. A crise, portanto, se apresenta como crise de transformação.

Ricardo Antunes analisa essa nova formação social de trabalhadores em uma noção mais ampliada, e mais condizente com a situação observada. Para ele essa nova formação englobaria a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, ou seja, a totalidade do trabalho coletivo assalariado, excluindo-se os gestores do capital, os altos funcionários, a pequena burguesia urbana e rural e aqueles que vivem da especulação e dos juros. Dentro ainda dessa noção ampliada de classe trabalhadora se encaixariam aqueles desempregados expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital.

Segundo Antunes, sob essa nova era da acumulação flexível, o trabalho passou por um processo de desconstrução que o levou a novas formas de assalariamento. Formas essas que podem ser identificadas a partir de algumas tendências básicas que configuram o que ele chama de classe-que-vive-do-trabalho, ou seja, a classe trabalhadora em sua noção ampliada. Apresentarei aqui, de forma reduzida, oito dessas tendências que aparecem no capítulo 1 de seu último livro, O Caracol e sua Concha (2005):

- crescente redução do proletariado fabril estável.
- crescimento vertiginoso de formas precarizadas de trabalho, como temporários, subcontratados, terceirizados, etc.
- Aumento no número dos assalariados dos serviços.
- exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho.
- aumento criminoso do trabalho infantil.
- aumento significativo do trabalho feminino.

- expansão do trabalho no chamado “terceiro setor”, que se desenvolve à margem do mercado.
- Expansão do trabalho em domicílio.

Observando essas tendências no mundo do trabalho percebemos que a crise não tende ao fim do trabalho, mas sim à efervescência de novas formas dele, mesmo que mais cruéis e injustas. Para Alain Bihir essa crise não é particular ao mundo do trabalho, e sim reflexo de uma crise estrutural, que afeta todo conjunto do mundo capitalista.

Segundo ele, assim como já observamos anteriormente nesse artigo, essa crise no mundo do trabalho é fruto “da ruptura do compromisso social do período pós-guerra, no qual se basearam tanto a dinâmica do fordismo

*a crise não
tende ao fim
do trabalho,
mas sim à
efervescência
de novas
formas dele*

quanto o triunfo do modelo social-democrata do movimento operário” (BIHR,1999:68). E essa “ruptura fora provocada pela entrada em crise do regime de acumulação do capital que havia servido de base material para o compromisso fordista” (BIHR,1999:69). Com isso tem início um processo de fragmentação do proletariado, que durante bastante tempo se confundira com a própria noção de classe trabalhadora. É nesse momento que começa a tomar corpo a nova idéia de ampliação das formas trabalho assalariado. Ainda segundo Bihir, é nesse momento que se consuma a fragmentação do proletariado, que passa a ser dividido em três grupos, o dos estáveis e com garantias, o dos excluídos do mercado de trabalho e o daqueles que compõem a grande massa flutuante de trabalhadores instáveis. Sendo este último grupo formado pelos

“proletários das empresas que operam por subcontratação (terceirização) e por encomenda; pelos trabalhadores em tempo parcial; pelos trabalhadores temporários; pelos estagiários; e pelos trabalhadores da economia subterrânea (clandestinos)”(BIHR, 1999: 84-85).

O desemprego estrutural e a fragmentação da classe trabalhadora

Outra dimensão da crise estrutural do capital que avança sobre o trabalho é o desemprego, que relega uma massa de trabalhadores ao chamado exército industrial de reserva. É o desemprego estrutural que elimina postos de trabalho, substitui trabalho vivo por trabalho morto e que exclui jovens e homens de meia idade do mercado, colocando um explosivo número de trabalhadores nas ruas à procura de alguma ocupação.

Os trabalhadores, neste momento, se vêem divididos, perdem sua identidade de classe. O trabalho da forma como é apresentado no capitalismo contemporâneo é estranho ao trabalhador, ele perde sua dimensão multilateral e se volta de forma negativa ao indivíduo. Não há mais aquele traço identificador de positividade no trabalho. Segundo Lukács, a essência do trabalho, enquanto grande característica distintiva do ser socializado, se baseia na existência de um por teleológico nas suas ações, ou seja, na sua pré-concepção, o que o torna fenômeno originário das outras categorias sociais e conseqüentemente da práxis social como um todo. Este caráter configura a liberdade ontológica do homem fundada na consciência. De uma necessidade, simples atividade em busca da sobrevivência, a práxis do homem se transforma em um meio permeado de alternativas para a objetivação da idéia. Tal liberdade, dada pela consciência, se caracteriza pela possibilidade de escolha entre os meios que podem ser utilizados pelo homem na produção objetiva. Contudo, essa dimensão

positiva do trabalho, formadora do ser, fica encoberta pelos processos de abstração econômica capitalista.

O desemprego estrutural e as novas formas precarizadas de trabalho podem ser considerados grandes aceleradores do processo de fragmentação da classe trabalhadora e também ótimos exemplos da destrutividade do capitalismo contemporâneo. Frente a essa crise do desemprego estrutural o que resta como forma de resistência é fortalecer os vínculos entre os trabalhadores em oposição a essa fragmentação da classe. Segundo Antunes

“o desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho*, nesta virada do século XX para o XXI, é soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles



segmentos que estão mais à margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização” (ANTUNES, 2003: 192).

Assim fica aqui indicada essa nova composição dos trabalhadores da era

informativa. A busca incessante por trabalho sufoca o trabalhador, que já há algum tempo convive com a ofensiva do capital que substitui as formas tradicionais de trabalho vivo por novas formas de assalariamento e desemprego estrutural.

Conclusão

Se conferirmos os jornais, as estatísticas ou nossas próprias experiências, perceberemos facilmente que vivenciamos uma nova era com novas e diversificadas tendências no mercado de trabalho, porém nem todas muito animadoras. Dentre elas citarei algumas aqui desenvolvidas:

- Permanência do trabalho como fonte primeira da produção e reprodução da vida humana na Terra, assim como a permanência do trabalho concreto como veículo material agregador de valores de troca no processo de abstração econômica do trabalho vivenciado sob a vigência do capital.
- Crescimento constante da força de trabalho, em decorrência óbvia do aumento populacional.
- Crescimento do chamado trabalho morto em detrimento do trabalho vivo nas fábricas e conseqüente queda no número de trabalhadores fixos pautados no modelo de produção fordista/taylorista. Fim da era da indústria como maior empregadora na economia.
- Declínio dos Estados intervencionistas de Bem-Estar Social.
- Aumento dos conflitos sociais em decorrência das dispensas coletivas e desempregos em massa.
- Perda acentuada de força dos sindicatos dos trabalhadores que passam a ter características mais negociais do que de enfrentamento.
- Fragmentação da classe trabalhadora.
- Surgimento de novas formas de assalariamento, como aquelas provenientes da

reciclagem de produtos, ou dos serviços de entrega, por exemplo. Isso significa um aumento do número de autônomos e de todo o chamado setor de serviços, que na realidade não possui ainda uma definição muito clara e consensual.

- Aumento das imigrações na busca por empregos em outros países.
- Inserção feminina e infantil nas novas formas de assalariamento.
- Desemprego estrutural, com significativo crescimento do desemprego de longa duração.

Essas são algumas das características do mundo do trabalho no século XXI. A partir delas podemos apreender um ponto chave que permeia a discussão entre as teorias sociais que tratam a questão do trabalho, e que acaba sendo o eixo temático que procuro apresentar aqui, a crise do trabalho abstrato.

Quando se fala em desemprego e crise do trabalho, logo vem à tona a idéia de que seremos substituídos pelas máquinas no processo de produção e que elas terão uma participação cada vez mais intensa na sociabilidade dos seres humanos. E os homens, por sua vez, ficarão cada vez com mais tempo livre, pois as máquinas assumirão a maioria das tarefas cotidianas. Ficções científicas à parte sabemos que esse pensamento tem um fundamento, pois não é de hoje que o chamado trabalho morto vem substituindo o trabalho vivo na esfera produtiva, mas apesar disso sabemos que esse não é o fim do trabalho humano na Terra.

Neste artigo pôde-se observar alguns dos motivos das crises e seus desdobramentos que ocorreram de uma maneira geral no sistema capitalista. Percebe-se, à luz de algumas teorias sociais, que o trabalho humano é, e continuará sendo, fonte geradora de valor, e que sua dimensão abstrata apenas será eliminada quando não houver mais separação entre proprietários e não-proprietários em sentido amplo, ou seja, quando não mais existir o

capitalismo. Como estamos longe da concretização dessa hipótese, se torna mais frutífero para nós deixá-la de lado e nos focalizarmos na observação do mundo sob a vigência do capital, agora em escala mundial e em tempo real.

A crise do trabalho especificamente é marcada pelo desemprego estrutural, que obriga os indivíduos sociais a procurarem novas formas de assalariamento. Esses trabalhadores, não-proprietários de bens materiais, dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho no mercado, independentemente de como será chamada, se proletária ou de serviço. Como nenhum indivíduo pode sobreviver sem a troca de valores, acontece no capitalismo atual uma frenética tentativa de intercâmbio entre não-capitalistas e capitalistas na busca por salário. Essa busca configura a crise do trabalho, pois o grande dilema a ser solucionado é justamente como imprimir um valor de troca abstrato a um valor de uso de forma que ele seja interessante e vendável no mercado. São as novas formas de assalariamento, ou a classe trabalhadora em sua noção ampliada.

Desta forma concluo que a crise atual do trabalho é uma crise de transformação, e não de eliminação. A crise então ao invés de nos conduzir a um final definitivo, nos conduz a um novo começo, que deve ser identificado dentro de cada um. Portanto a realidade do trabalho assalariado no mundo hoje poderá ser, grosso modo, dividida em duas partes: uma que passa as segundas ao sol, os desempregados, e outra que consegue alguma, das infinitas novas formas precarizadas de troca da sua força de trabalho no mercado.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O Caracol e sua Concha. São Paulo: Boitempo, 2005.

- BIHR, Alain. Da Grande Noite à Alternativa. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. Ed. Xamã, 1996.
- CIG. Confederación Intersindical Galega. Contém informações institucionais, técnicas, notícias, projetos, publicações e serviços. Disponível em: <<http://www.galizacig.com/>> Acesso: out/2005.
- FLORA, Peter & HEIDENNHEIMER, Arnold. The Development of Welfare State in Europe and America. New Brunswick : Transaction Books, 1987, c1981.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- ILO. International Labour Organization. Contém informações institucionais, técnicas, notícias, projetos, publicações e serviços. Disponível em: <<http://www.ilo.org/>> Acesso: set/2005.
- KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LUKÁCS, Georg. A Ontologia do Ser Social. Cap. I, v.II, sobre O Trabalho. Tradução de Ivo Tonet. Maceió, 1997. (mimeo)
- MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo : Moraes, 1985.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MATTOSO, Jorge Eduardo. O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados. In: O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- _____. Trabalho e Desigualdade Social no Final do Século XX. Tese de Doutorado. IE-Unicamp, 1993.
- OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. Contém informações institucionais, técnicas, notícias, projetos, publicações e serviços. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>> Acesso: set/2005. 

Desempleo y precarización, dos dimensiones de la crisis del trabajo en el capitalismo contemporáneo

Resumen: En el presente artículo buscaré presentar un esbozo de la crisis del trabajo evidenciada en el cambio de siglo. Realizaré eso básicamente a partir de dos dimensiones de esta crisis, la precarización del trabajo y el desempleo estructural, que generan la actual fragmentación de la clase trabajadora. A partir de algunas teorías sociales del trabajo discurriré brevemente sobre el surgimiento, auge y decadencia del Estado intervencionista de Bienestar Social implementado en países capitalistas avanzados, tomando como ejemplo la realidad observada en la región específica de Galicia. Con esto pretendo realizar una aproximación, a partir de datos estadísticos y teorías sociales, entre esta región y las nuevas tendencias de la clase trabajadora observadas por investigadores de la sociología del trabajo contemporánea. De esta forma, pretendo poner en evidencia esas dos dimensiones mencionadas de la crisis del trabajo hoy, la precarización y el desempleo estructural.

Abstract This article intends to realize a brief presentation of the labour crisis in the end of twentieth century. Basically showing two dimensions of the crisis, the precarization and the unemployment. Using labour social theories I will make a short presentation of the Welfare State in advanced capitalist countries, taking the example of Galicia, Spain. The objective is to make an approximation between this specific region and the new inclination of the labour social researches in contemporary capitalism. Trying to show the features of the new precarization and the structural unemployment.